

RAFAEL CARIELLO E
THALES ZAMBERLAN PEREIRA

Adeus, senhor Portugal

*Crise do absolutismo e
a Independência do Brasil*



COMPANHIA DAS LETRAS

Sumário

<i>Prólogo — Sentimentos de ódio e de cega prevenção contra o governo de sua majestade</i>	11
PRIMEIRA PARTE: COMO FOI	
1. A crise inaugural	25
2. Intérpretes da Independência	53
3. Dominó fiscal	82
4. As Cortes Constituintes	112
SEGUNDA PARTE: ANTES	
5. A fuga	149
6. Os custos do absolutismo na América	181
TERCEIRA PARTE: DEPOIS	
7. Alerta!	225
8. Navios-fantasmas	256
9. Ascensão e queda de d. Pedro	286
<i>Epílogo — O que celebrar</i>	325
<i>Agradecimentos</i>	335
<i>Notas</i>	337
<i>Créditos das imagens</i>	369
<i>Referências bibliográficas</i>	371
<i>Índice remissivo</i>	383

Prólogo

Sentimentos de ódio e de cega prevenção contra o governo de sua majestade

O ano de 1820, um dos mais conturbados na história da monarquia portuguesa, já se aproximava do fim. Em novembro, um sigiloso “relatório sobre a situação da opinião pública” no Rio de Janeiro chegou à mesa do intendente-geral de polícia da cidade, Paulo Fernandes Viana. O autor da papelada — em parte espião, em parte analista político — desempenhava naquele momento uma delicada tarefa de vigilância na Corte, a serviço do rei d. João VI. Não é improvável que Fernandes Viana, ao identificar o remetente, tenha interrompido qualquer outra atividade do dia para se dedicar ao exame do relatório. Embora o documento fosse longo, minucioso e, o que é mais interessante, escrito em francês, a síntese do que ia relatado ali não era difícil de ser apreendida, mesmo após uma rápida passada de olhos: a situação da opinião pública na Corte, do ponto de vista do governo, ia de mal a pior.¹

O que as pessoas andavam escutando e dizendo nas ruas, à porta das igrejas, nos largos e nas praças da Corte era, na verdade, motivo de preocupação constante para Paulo Fernandes Viana. Aos olhos e ouvidos de hoje, o título de intendente-geral de polícia — capaz de soar como uma espécie de supervisor dos delegados da cidade — sugere um papel administrativo menos relevante do que as amplas funções de vigilância e manutenção da ordem associadas ao cargo no início do século XIX. Desde 1808, Fernandes Viana trabalhava todos

os dias nisto: a manutenção da ordem. Não só na Corte, mas em toda a América portuguesa; não apenas no que dizia respeito à segurança pública, mas também do ponto de vista político e institucional. Sua atuação era estratégica para a sustentação política do regime e para a segurança do trono. A fim de desempenhar essas tarefas, o intendente-geral trocava informações cotidianas, num ir e vir de papéis, com informantes, ministros e o próprio rei, reunindo-se regularmente com d. João VI.²

Na outra ponta da correspondência — ou seja, do documento que acabara de chegar à sede da Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil —, o remetente era um interlocutor frequente de Paulo Fernandes Viana. François-Étienne-Raymond Cailhé de Geine, responsável pelo “relatório sobre a situação da opinião pública” e autor de uma montanha de outros textos, bilhetes e documentos naqueles dias agitados, era um imigrante francês um tanto misterioso, tratado nas cartas oficiais como “tenente-general”, de quem na verdade se sabe pouca coisa: por exemplo, que havia adquirido fama de golpista em Paris e que servira no Exército português após a retirada das tropas de Napoleão Bonaparte da Península Ibérica. No Brasil, parecia ter se especializado em repassar ao governo informações políticas, mantendo o dedo no pulso das variações de humor das massas urbanas.³

E era exatamente isso que Cailhé de Geine fazia no documento enviado a Fernandes Viana em novembro de 1820. A primeira impressão registrada no relatório é a do próprio informante, uma avaliação de conjuntura que ele parece supor ser evidente e naturalmente compartilhada por seu interlocutor. “Nas difíceis e extraordinárias circunstâncias em que se encontra o rei”, observava o autor, era seu dever de súdito identificar e apontar “os perigos que cercam o trono” e os “projetos criminosos de seus inimigos”. Desde a notícia da Revolução Liberal na Espanha — ocorrida em janeiro de 1820 — tornara-se notório “que o espírito público se corrompia a cada dia mais no Rio de Janeiro”, dizia Cailhé de Geine. Crescia, cotidianamente, a insatisfação popular. A tal ponto que, àquela altura, quase no fim do ano, o “espírito revolucionário” já havia se espalhado por todas as classes da sociedade, penetrado “em quase todas as cabeças” da Corte, “excitando na massa da população desta capital sentimentos de ódio e de cega prevenção contra o governo de sua majestade”.⁴

Cailhé de Geine fala em “ódio”, em “cega prevenção”. De onde poderia vir tamanha insatisfação? Quais seriam as suas causas? Um primeiro impulso é o

de responder a isso apontando o absolutismo, o poder exorbitante do monarca, como fonte do desassossego que atravessava a opinião pública fluminense. Não há dúvida de que os poderes discricionários dos ministros e a atuação do governo — inclusive a do próprio Fernandes Viana — vinham gerando queixas crescentes na Corte.⁵ Mas o fato é que cinco anos antes, na década anterior ou no meio século prévio, o rei português já dispunha de poderes despóticos sobre o conjunto de seus súditos, sem que se observasse o mesmo estado de eferescência política e social. A insatisfação popular era particularmente notável em 1820. Alguma causa mais imediata, conjuntural, devia ser a chave para explicá-la. Se a origem do mal-estar era o governo — e ainda que a própria natureza do regime fosse a sua causa profunda —, é provável que alguma medida adotada pouco tempo antes ou algum problema associado à atuação das autoridades tivesse ajudado a aguçar o clima de revolta na cidade. Como o próprio Cailhé de Geine fez questão de apontar, a “corrupção” radical do espírito público entre os súditos de d. João VI era fenômeno relativamente recente, que havia crescido ao longo dos meses anteriores ao da escrita de seu relatório.

Os problemas, aliás, pareciam se espalhar por todo o antigo Império português. Do reino europeu não paravam de chegar motivos de preocupação para o governo. Em agosto daquele ano — três meses antes do relatório do informante francês no Rio, portanto —, militares portugueses haviam se insurgido contra o absolutismo na cidade do Porto, com o apoio de magistrados, profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes. Exigiam que o rei d. João VI não só voltasse da América para a Europa, como também — muito mais importante — que ele se submetesse a uma Constituição, a um novo contrato político em que fossem estabelecidos a separação de poderes, a eleição de representantes por meio do voto e o controle parlamentar dos gastos do governo. A notícia do levante, depois de atravessar o oceano a bordo dos navios, certamente contribuía para o clima de insegurança que galvanizava a Corte, deixando sobressaltadas as autoridades locais e a própria Coroa. Mas, sozinha, a Revolução do Porto não teria sido capaz de criar a insatisfação crescente da opinião pública constatada no Rio por Cailhé de Geine, insatisfação que, segundo suas próprias palavras, havia começado a crescer meses antes dos episódios de revolta em Portugal. Ninguém fica indignado com o governo por imitação ou contaminação apenas, na ausência de motivos pessoais de desassossego — dito em bom português, sem que lhe doa o próprio calo. Em parti-

cular, ninguém se atreveria a espalhar panfletos críticos ao rei e ao governo, como vinha acontecendo na Corte, correndo o risco de ser objeto de pesadas retaliações dos homens de Paulo Fernandes Viana, só porque falar mal do monarca era o último grito da moda do outro lado do oceano. O ambiente de desafio às autoridades tanto no Brasil quanto em Portugal, onde já vigia a revolta aberta e declarada, revelava uma insatisfação generalizada entre os súditos de d. João VI, unindo as populações das duas partes principais do Reino Unido.

Assim como no Rio de Janeiro, amplas camadas da sociedade portuguesa pareciam alimentar “sentimentos de ódio e de cega prevenção contra o governo de sua majestade”. Aliás, em alguma medida, isso acontecia um pouco por toda parte no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. À Revolução do Porto se seguiriam múltiplos levantes, espalhados pelas principais capitais do mundo luso-brasileiro, mobilizando setores sociais diversos, dos mais altos funcionários públicos aos mais humildes empregados do comércio, nos dois lados do Atlântico. Revoltas eclodiriam em Lisboa, Belém, Salvador. De todos os lados o monarca recebia relatórios e pareceres em que conselheiros tentavam dar conta do sentimento de desassossego geral. Na passagem de 1820 para 1821, o clima de tensão era tal que o próprio intendente-geral de polícia escreveu a d. João VI, inteirando-o “de rumores sobre motim presumido para o dia de Ano Bom” e avisando que dera instruções para que se redobrasse a vigilância naquela noite. As mais altas autoridades da Corte temiam que a etapa final da revolução — a ser lançada no Rio de Janeiro, alcançando o monarca e obrigando-o a ceder às exigências primeiramente feitas no Porto e em Lisboa — fosse levada a cabo em meio às comemorações de réveillon. Ao fim do informe, Paulo Fernandes Viana confessava que se sentia “transtornado” com a situação política da Corte.⁶

Aquilo que o governo, com toda a razão do mundo, já temia ao final de 1820 não demorou mais do que umas poucas semanas para se tornar realidade. Em fevereiro de 1821, os revoltosos europeus e americanos puderam declarar vitória sobre o despotismo. A revolução afinal havia alcançado o Rio de Janeiro, ou seja, a sede da monarquia e o centro do Império. Na madrugada do dia 26, parte expressiva dos soldados que serviam na Corte amanheceu concentrada no largo do Rocio, atual praça Tiradentes, no centro da cidade, acompanhada de comerciantes, funcionários, súditos de todas as classes.⁷ Juntos, tropa e povo exigiam a adesão do rei à Constituição que já vinha sendo preparada em Lisboa, a nomeação de um novo ministério para tocar o governo no Rio e a